



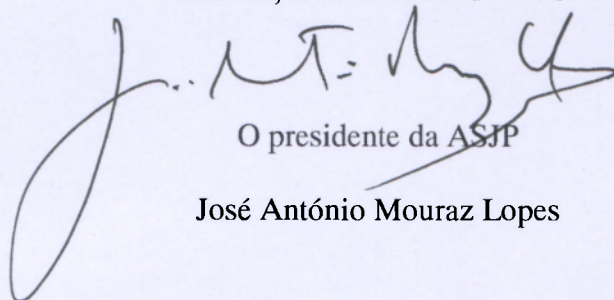
Exma. Senhora  
Procuradora Coordenadora do  
Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa

A Associação Sindical dos Juizes Portugueses, com sede na Rua Ivone Silva, nº 6, Lote 4, 19º Direito, Edifício Arcis, 1050-124 Lisboa, vem apresentar queixa contra Desconhecidos ou incertos, pelos fundamentos seguintes:

1. No dia 9/04/2013, o senhor advogado que exerce as funções de Bastonário da Ordem dos Advogados, perante a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, afirmou na Assembleia da República, *“muitas actas são abertamente falsificadas pelos magistrados”* e *“se for necessário prová-lo-ei”*. Tais expressões foram profusamente difundidas pela comunicação social.
2. Está explicito nessa afirmação a eventual existência de crimes públicos que serão do conhecimento do Senhor Bastonário.
3. Um dos princípios estatutários da ASJP é o de “pugnar pela dignificação da justiça e da função judiciária” (v. artº 2º dos Estatutos, acessíveis em [www.asjp.pt](http://www.asjp.pt)).
4. Daí o interesse e legitimidade da ASJP na apresentação desta queixa.
5. A ASJP não conhece qualquer juiz nem qualquer situação envolvendo juizes que possa evidenciar o fundado teor das afirmações feitas pelo Sr. Bastonário.
6. Por isso apresenta denúncia contra esses juizes, incertos, requerendo que se proceda à investigação necessária imediatamente.

Mais requer a realização das diligências consideradas necessárias e adequadas, nomeadamente a audição como testemunha do Senhor advogado, que exerce as funções de Bastonário, Dr. António Marinho.

Lisboa, de 9 de Abril de 2013



O presidente da ASJP

José António Mouraz Lopes